

Bancos fazem acordo

Devedores ameaçam, Banco de Boston desiste

provisório com País

de US\$ 200 milhões e rolagem começa

Nova Iorque — O Brasil assinou ontem um acordo interino com os bancos credores para pôr em dia os juros da sua dívida até 31 de dezembro próximo. O acordo foi assinado a portas fechadas, horas depois que o Banco de Boston anunciou a reclassificação de seus créditos duvidosos. A medida foi considerada agressiva e negativa para o andamento das negociações.

O negociador-chefe Fernando Bracher e o assessor para a dívida externa do Ministério da Fazenda, Antônio de Pádua Selxas, assinaram documento totalizando US\$ 4,5 bilhões, dos quais dois terços serão desembolsados pelos bancos credores e um terço pelo Brasil, o que configura de fato o fim da moratória.

O acordo foi delineado no início de novembro e assinado ontem com a totalização dos US\$ 3 bilhões em participação das instituições credoras. Inicialmente, os desembolsos são destinados a normalizar os juros relativos ao último trimestre do ano.

Cerca de 100 bancos completaram ontem a documentação para participar do empréstimo de US\$ 3 bilhões ao Brasil, um dia depois que o Banco de Boston, o décimo-terceiro maior dos Estados Unidos, anunciou ter virtualmente desistido de receber os juros dos empréstimos que já concedeu aos países do Terceiro Mundo. O Banco de Boston emprestou US\$ 260 milhões ao Brasil, 230 ao México e 180 à Argentina.

Com o novo empréstimo para refinanciamento dos juros de 1987, a dívida externa do Brasil já gira em torno dos US\$ 116 bilhões. O dinheiro comprometido no pacote assinado ontem será destinado a pôr em dia os juros que o Brasil deixou de pagar desde de 20 de fevereiro passado, quando o Governo do presidente José Sarney decretou a moratória do pagamento dos compromissos relativos à dívida contraída com os bancos particulares, hoje superior a US\$ 70 bilhões.

PREJUÍZOS

A moratória do maior País latino-americano obrigou diversos bancos a ampliarem suas reservas e a reclassificarem os créditos duvidosos, passando-os para uma coluna contábil sob a rubrica de "não produtivos".

A ampliação ou criação de reservas causou tecnicamente as maiores perdas — ou redução de lucros — para vários bancos, desde a grande depressão dos anos 30.

O ministro da Fazenda do Brasil, Luiz Carlos Bresser Pereira, acenou para a possibilidade de futuros problemas, ao dizer na segunda-feira que o País continuará com a sua moratória de pagamentos mesmo após o acordo de ontem, e que deseja ver até onde as conversações sobre renegociação da dívida podem ir.

O Banco de Boston também pôs lenha na fogueira ao anunciar que estava cancelando US\$ 200 milhões dos créditos de US\$ 1 bilhão concedidos a nações pobres. O Banco também deslocou mais US\$ 800 mil-

hões de seus empréstimos para a categoria de não produtivos. Tecnicamente, isso significa que o banco já não está contando com os juros desses créditos. Porém os analistas financeiros viram nas entrelinhas do anúncio, um sinal de que o banco perdeu a esperança de receber de volta até mesmo o principal.

Um membro do comitê de assessoramento dos bancos que participou da confecção do último acordo com o Brasil, admitiu que o anúncio do Banco de Boston não ajudou em nada a situação dos credores.

Dois dos US\$ 3 bilhões do novo acordo interino só devem ser desembolsados se o Brasil e os seus credores chegarem a um novo pacote de médio prazo sobre os juros a vencer em 1988 e 1989. O desembolso total deve acontecer no começo do ano e o Brasil deve devolvê-lo até 30 de junho.

CONDIÇÕES

O Brasil pagará 0,875% sobre o libor (taxa interbancária de Londres) de juros com relação aos US\$ 3 bilhões que acertou, em princípio, num acordo no início do mês passado, além de uma pequena comissão a título de prêmio.

Ao mesmo tempo em que os problemas dos juros atrasados vão sendo resolvidos, o Brasil e os bancos já discutem os pacotes para abranger os pagamentos de 1988 e 1989. O Brasil solicitou US\$ 10,4 bilhões para metade dos juros a vencer nesses dois anos.

Um membro do comitê de bancos credores informou que o País depositou em seu Banco Central dinheiro para cobrir o principal, porém congelou o desembolso.

"O que os bancos querem é a liberação de parte desse dinheiro, de modo a reemprestá-lo a empresas não vinculadas ao Governo brasileiro", comentou o membro do comitê de assessoramento.

No pano de fundo da renegociação da dívida, está a ida do Brasil ao Fundo Monetário Internacional.

Após meses de relutância, o Governo brasileiro admitiu, no documento assinado conjuntamente por Fernando Bracher e pelo presidente do comitê de credores, William Rhodes, que era desejável buscar apoio do FMI para o programa de crescimento econômico.

O Brasil conseguiu ressaltar que os pacotes acordados com os bancos comerciais devem ter seus desembolsos garantidos independentemente de qualquer desentendimento eventual entre o organismo multilateral e os governantes em Brasília.

Bracher retorna ao Brasil no fim de semana e volta a negociar com os credores no início de janeiro.

O Brasil também busca preliminarmente converter parte de seus velhos créditos em títulos de longo prazo, com uma apropriação de parte do deságio verificado no mercado secundário de capitais, em que os compromissos brasileiros são vendidos hoje pelos credores por cerca de 40% de seu valor nominal.

Devedores influenciaram

Nova Iorque — "Recentes anúncios de alguns países devedores sobre possíveis ações que estão considerando a respeito de suas dívidas externas" — foram citados ontem pelo presidente executivo do Banco de Boston, Ira Stephanian, para explicar a decisão de eliminar de seus livros contábeis US\$ 200 milhões de um total de US\$ 1 bilhão emprestados a países do Terceiro Mundo. Não esclareceu, porém, quais foram esses anúncios, nem os países que os fizeram.

Os analistas norte-americanos coincidiram em considerar essa posição do banco mais radical do que a da maioria dos governos devedores, que ironicamente, apenas reivindicam o reconhecimento da desvalorização de suas dívidas.

Wall Street Journal comentou que o precedente poderá ser perigoso para outras instituições, que não têm capital suficiente para aumentar substancialmente suas reservas de continência, no mesmo nível.